

Sociedade civil em ação pela soberania e segurança alimentar e nutricional!

Notas da participação do MSC na II Reunião Ordinária do CONSAN | 2018

Decorreu em Santa Maria, Ilha do Sal, Cabo Verde, de 12 a 16 de Julho, a II Reunião Ordinária (2ªRO) do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN), antecedendo a XII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

O Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP (MSC) fez-se representar por delegações de todos os países da CPLP compostas por pontos focais da REDSAN (Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP) e da Plataforma de Camponeses da CPLP. Os membros do MSC-CONSAN participaram nas reuniões dos Grupos de Trabalho, do Secretariado Técnico Permanente e na segunda Reunião Ordinária do CONSAN. Além das reuniões internas organizadas pelo MSC, onde foi renovado até 2020 o mandato da atual Comissão de Coordenação e do Secretariado (exercido pela ACTUAR), o MSC realizou também um evento aberto de apresentação dos resultados do processo de monitoramento da **Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN)** e de lançamento da iniciativa regional **SIPAM-CPLP (Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial na CPLP)**.



Principais reivindicações e recomendações apresentadas pelo MSC



Reforçar a institucionalidade do CONSAN-CPLP para uma implementação efectiva da ESAN-CPLP Concertar esforços de maior comunicação e articulação intersectorial entre os diferentes atores e apelar aos Estados-Membros a alocação de orçamentos ao CONSAN-CPLP, visando a implementação eficaz da ESAN-CPLP. Assegurar o reconhecimento do CONSAN-CPLP enquanto órgão estatutário da CPLP e que as suas reuniões antecedam sempre as Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Revalidar a solicitação do MSC-CONSAN apresentada em Brasília para que os mecanismos de participação social no CONSAN-CPLP tenham assento nas reuniões do Secretariado Técnico Permanente.

Promover o monitoramento da implementação da ESAN-CPLP como processo permanente do CONSAN-CPLP Apelar aos Membros e Participantes do CONSAN-CPLP que apoiem o desenvolvimento de uma metodologia comum a implementar no âmbito dos conselhos nacionais e regional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), consolidando o processo inicial lançado pelo MSC-CONSAN. Os resultados dos processos de monitoramento deverão ser apresentados nas sessões do CONSAN-CPLP e subsequentes eventos do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CSA).

Desenvolver uma metodologia participativa de promoção e proteção de SIPAM na CPLP, a partir de uma abordagem de direitos e centrada na agricultura familiar Incluir no Plano de Ação 2018-2010 do CONSAN-CPLP a discussão e consensualização de uma metodologia SIPAM-CPLP, consonante com os eixos e princípios da ESAN-CPLP, com a participação direta da sociedade civil na elaboração de candidaturas e planos de ação. Sensibilizar os Membros e Participantes do CONSAN-CPLP a participarem ativamente na identificação e sistematização de sistemas agrícolas tradicionais relevantes nos seus países, processo centrado nas agricultura familiar e sustentável. Recomendar o acompanhamento da iniciativa pelos conselhos nacionais de SAN ou, caso não existam, o estabelecimento de comités nacionais multi-atores de acompanhamento.

Agroecologia na CPLP para sistemas sustentáveis e resilientes Apelar ao reforço do compromisso dos governos nacionais celebrado na Carta de Lisboa para com o Centro de Competências para a Agroecologia na CPLP. A Rede das Margaridas da CPLP salientou a importância de associar a agenda da Agroecologia na CPLP à agenda dos direitos das mulheres rurais, dado o seu papel preponderante na asseveração da SAN nas suas comunidades.



Atribuir centralidade aos direitos das mulheres rurais na agenda do CONSAN-CPLP Reforçar o compromisso celebrado na Declaração de Brasília de incluir uma maior participação das mulheres rurais nos mecanismos de governança da ESAN-CPLP, através da Rede das Margaridas da CPLP, a qual passa a constituir uma rede autónoma integrada no MSC-CONSAN.

Reafirmar o reconhecimento e apoio à Agricultura Familiar enquanto vetor central para a implementação da ESAN-CPLP Reforçar os compromissos celebrados na Carta de Lisboa, e assegurar que estes se traduzam no Plano de Ação do CONSAN-CPLP para o próximo biénio.

Plano de Consolidação para a ESAN

Na segunda Reunião Ordinária do CONSAN, foi debatida e aprovada pelos diferentes mecanismos de participação social e pelos Estados-Membros uma resolução sobre a consolidação do CONSAN, reflectida em atividades concretas no Plano de Ação 2018-2020. A sociedade civil destaca como principais conquistas:

- ▶ Recomendação do CONSAN-CPLP evoluir para um órgão estatutário da CPLP;
- ▶ Aprovação do monitoramento da implementação da ESAN-CPLP enquanto processo permanente até 2025, com apresentação dos resultados nas reuniões do CONSAN e nas sessões subsequentes do CSA;
- ▶ Aprovação da implementação da iniciativa regional SIPAM, sob a coordenação do MSC;
- ▶ Inclusão dos direitos das mulheres rurais na agenda do CONSAN e reconhecimento da importância do reforço da sua participação;
- ▶ Ratificação da “Carta de Lisboa” para a promoção da Agricultura Familiar, nomeadamente no que respeita a promoção de discussões nacionais amplas e maior adequação dos quadros estatísticos nacionais;
- ▶ Criação do Grupo de Trabalho de Nutrição e Sistemas Alimentares, sob a coordenação do governo Brasileiro (MDS) e do MSC, e aprovação da proposta do MSC de construir Diretrizes regionais para a promoção da nutrição e de sistemas alimentares sustentáveis na CPLP;

Não obstante estas conquistas, o MSC considera que existem ainda importantes desafios à implementação do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na CPLP, sendo premente aumentar a articulação interna e a intersectorialidade da cooperação, quer entre os Estados-Membros, quer entre os atores nacionais nos seus respectivos conselhos de SAN.

O MSC alerta ainda para as insuficientes capacidades técnicas e financeiras necessárias à implementação das políticas públicas a nível nacional.

Destaca-se, finalmente, a assinatura da “Declaração de Intenções” entre o Governo de Portugal e a FAO, visando converter o Escritório de Informação da FAO junto da CPLP em Escritório de Parceria para apoio à consolidação da ESAN.



O envolvimento da sociedade civil é muito importante, já que os sistemas conhecidos como SIPAM requerem participação ativa dos agricultores e de outros atores locais relevantes. Portanto felicito a sociedade civil da CPLP por abraçar a iniciativa e dinamizá-la nos Estados-Membros da Comunidade”
[José Graziano da Silva, Diretor-Geral da FAO]

“os países da CPLP entenderam o valor [dos SIPAM], a profundidade e todas as latitudes de um universo agrícola tradicional, familiar, local, comunitário, do qual somos parte (...). Porém, a sua valorização exige mais do que vontade, trabalho e empenho; exige (...) a consciencialização das pessoas, para que sejam capazes de olhar para os sistemas agrícolas locais e escutar o grito de uma pequena comunidade de excelentes produtores ameaçada, o gemido de um homem de campo que procura excelência, mesmo recorrendo a métodos e tecnologias de produção agrícola ancestrais”

[Ângela Moreno, Presidente do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário de Cabo Verde]